

# ENFERMEIRO DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES PARA SAÚDE DE AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Paula Fabiana Senna da Silva<sup>1</sup>  
Junir Antonio Lutinski<sup>2</sup>

## RESUMO

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), cresce a demanda pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores da saúde. Agentes de Combate à Endemias (ACE) representam uma categoria relativamente recente de trabalhadores da saúde da qual se conhece pouco acerca do perfil socioeconômico e dos agravos em saúde a que estão expostos. O objetivo deste estudo foi avaliar os fatores de riscos aos quais os ACE estão expostos e descrever as ações do enfermeiro do trabalho sobre a saúde ocupacional destes trabalhadores. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com artigos publicados entre 2006 a 2016, na Biblioteca Virtual em Saúde. Foram identificados riscos de natureza química, física e biológica na atuação dos ACE e situações em que o enfermeiro pode atuar na minimização ou na eliminação de tais riscos.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde. Riscos ocupacionais. Saúde ambiental. Enfermagem do trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

A enfermagem do trabalho cada vez mais vem se consolidando nas organizações, sobretudo ao longo do último século (LORENZETTI et al, 2014). Essa é uma consequência, principalmente da revolução industrial, que trouxe complexas modificações na economia e na sociedade, onde a visão do processo de trabalho tem o objetivo de maximizar a produtividade em menor tempo possível, com menores custos e maiores vantagens lucrativas (OLIVEIRA JUNIOR et al, 2012; LIMA; LIMA, 2009). Com enfoque no resultado, empresas e serviços enxergaram a necessidade de melhoria das condições de trabalho e na vida dos trabalhadores, “uma vez que é por meio de sua ação direta que se dá o crescimento e fortalecimento das organizações (OLIVEIRA JUNIOR et al, 2012). Ciente da necessidade do trabalhador que, ao executar suas atividades laborais, está sujeito a desenvolver alguma doença relacionada à suas atividades, o enfermeiro do trabalho passa a ser uma referência. Atua como gestor e mediador, e visa sempre a prevenção de problemas e doenças ocupacionais (OLIVEIRA JUNIOR et al, 2012; CARMO; TASSO; MASSON, 2016).

Definem-se doenças associadas ao trabalho “aquelas decorrentes da exposição do trabalhador a diversos riscos à saúde relacionados à atividade laboral” (OLIVEIRA JUNIOR et

---

<sup>1</sup> Enfermeira na Vigilância em Saúde Epidemiológica de Chapecó, SC. E-mail: paulafabi.senna@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Unochapecó. E-mail: junir@unochapeco.edu.br

al, 2012). Nesse contexto, todos os trabalhadores estão expostos a riscos, sejam físicos, químicas ou biológicas (FONTANA; LAUTERT, 2013). Trabalhadores como os Agentes de Combate as Endemias (ACE) estão expostos ainda a riscos psicológicos (GUIDA et al, 2012). O ACE é um trabalhador de cargo público cujas atribuições estão regulamentadas na Lei 11.350/2006, que atua em atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde (PESSOA et al, 2016). Em conformidade com as diretrizes do SUS, o ACE no exercício de suas funções executa vistoria de residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais em busca de focos endêmicos; realiza inspeção cuidadosa de depósitos de água; bem como aplicação de métodos químicos de controle, recenseamento de animais e orientações quanto à prevenção e promoção da saúde (PESSOA et al, 2016). Há de se considerar, o atual contexto de atuação do ACE frente às doenças endêmicas, emergentes e re-emergentes, tais como dengue, febre chikungunya e zika vírus (ZARA et al, 2016).

Apesar da importância da atuação do ACE na atenção primária em saúde, reconhecida pela Portaria 1.007/2010 (BRASIL, 2010), o ACE vive na atualidade uma fragilização de sua identidade profissional relacionada à indefinição da categoria ocupacional, à falta de investimento na capacitação profissional, às condições de trabalho e ao precário vínculo empregatício (FRAGA; MONTEIRO, 2014).

Frente a esta problemática, as ações de monitoramento desses profissionais são relativamente reduzidas, pois os perigos aos quais os ACE estão submetidos normalmente são subestimados, “na maioria dos casos resumindo-se em dosagem da atividade de colinesterase sérica e ao fornecimento de equipamentos de proteção individual” (BAHIA, 2012). Se acumulam as evidências que retratam as más condições de trabalho e os problemas aos quais os ACE estão expostos, que podem gerar o adoecimento ou agravamento de doenças já existentes (ALMEIDA; BAPTISTA; SILVA, 2016).

Portanto, este estudo procurou responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as atribuições do enfermeiro do trabalho na prevenção de agravos e nos cuidados à saúde dos ACE? Fato que culminou nos objetivos: a) avaliar os fatores de riscos aos quais os ACE estão expostos e; b) descrever as ações do enfermeiro do trabalho sobre a saúde ocupacional dos ACE.

Pesquisas abordando ACE são escassas. O profissional de enfermagem reúne, dentre suas competências de formação, o cuidado em saúde e a gestão de serviços de saúde (CHAVES; TANAKA, 2012). Portanto, responder a pergunta proposta neste estudo poderá contribuir com conhecimentos para uma melhor compreensão dos riscos a que os ACE estão expostos e

possibilita o desenvolvimento de estratégias para fortalecer a segurança desses trabalhadores durante a realização de atividades laborais.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, a qual foi desenvolvida a partir de uma busca por artigos científicos sobre o tema proposto. A revisão de literatura é o processo de busca de análises e descrição de conhecimentos focados em respostas a questionamentos e indagações (SOARES et al, 2014). É a parte vital do processo de investigação que envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar estudos científicos relacionados à questão a ser respondida (BENTO, 2012). A revisão da literatura foi realizada a partir das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O período de análise delimitado foi entre 2006, ano de regulamentação da categoria ACE, e 2016. Foram selecionados apenas artigos, excluindo-se monografias, dissertações ou teses. A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2017. Os descritores utilizados para a busca foram “saúde dos agentes de endemias”, “saúde do trabalho, agentes de combate às endemias”. Foram lançados de forma isolada e combinada. Com o termo “saúde dos agentes de endemias” foram encontrados 147 artigos, com o termo “saúde do trabalho, agentes de combate às endemias, 19 e, combinando os dois, 17.

Uma pré-análise dos artigos deu-se a partir da leitura dos títulos e resumos. Os critérios de inclusão foram artigos que trataram da saúde do ACE e que apresentavam a figura do enfermeiro do trabalho. Foram excluídos artigos que não investigavam especificamente a saúde dos trabalhadores. Nesta fase foram selecionados 28 artigos que foram lidos integralmente. Em uma segunda etapa de refinamento da amostra, foram selecionados seis trabalhos. Os demais não foram incluídos por não apresentarem relação direta entre a atuação do Enfermeiro do trabalho e a saúde dos ACE.

A análise dos artigos deu-se com base nos eixos: a) tipos de riscos a que os ACE estão expostos durante suas atividades e; b) ações do enfermeiro do trabalho para minimizar ou evitar esses riscos. Com base nestas categorias norteadoras discorreu-se a redação dos resultados e discussões.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### *Risco nas atividades dos ACE*

A profissão dos ACE foi criada em 2006, pela lei nº 11.350, a qual define as ações dos ACE, sendo elas de prevenção e controle de doença e promoção da saúde em conformidade com SUS. A responsabilidade de cada ACE é dividida conforme a territorialização do município, onde cada profissional monitora uma área delimitada (CANDIDO; FERREIRA, 2017). No desempenho de suas atividades, os ACE possuem metas de imóveis a serem visitados, o que muitas vezes leva a uma pressão psicológica, intensificação do ritmo do trabalho e conseqüentemente tornando-se um agravante para o desgaste laboral (CANDIDO; FERREIRA, 2017; FONTOURA; GONÇALVES; SOARES, 2016). A exposição ao ambiente externo de trabalho coloca o ACE diante de riscos químicos, físicos e biológicos (LIMA et al, 2009). No Brasil existem cerca de 62.000 ACE (BRASIL, 2016), na sua maioria dos casos composta por pessoas do sexo feminino, com baixa escolaridade e com limitações para ocupar postos de trabalho na iniciativa privada (BARBOSA; GUIMARÃES; LUZ, 2016).

Os ACE podem entrar em contato com produtos químicos ao manusearem, transportarem ou aplicarem, já que produtos desta natureza são distribuídos aos municípios e aplicados por estes trabalhadores visando o controle de populações de vetores (LEFEVRE et al, 2003). Além do risco de intoxicação direta pelo contato, estes produtos, quando usados de forma imprópria podem contaminar a água, o ar e o solo (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003). Os produtos utilizados atualmente pelos ACE pertencem às classes dos Piretroides e Carbamatos (BRAGA; VALLE, 2007).

Os pesticidas podem ser classificados quanto sua ação, poder tóxico e grupo ao qual pertencem e podem causar quadros de intoxicação aguda e crônica, que variam em relação à manifestação de forma leve, moderada ou grave. Portanto, antes da aplicação de qualquer produto químico sintético pelos ACE faz-se necessário que o trabalhador conheça os efeitos que este possa causar a saúde e as medidas recomendadas para sua proteção (BAHIA, 2012). A ação do enfermeiro do trabalho neste contexto deve ser pautada na orientação aos ACE sobre os riscos aos quais estão expostos, visando minimizar as ações maléficas dos produtos sobre a saúde.

Dentre os riscos físicos a que os ACE estão expostos estão a radiação não-ionizante (RNI), calor e umidade. A RNI é o principal risco físico ao qual os ACE estão expostos e tem efeitos bem conhecidos. Se caracteriza pela radiação ultravioleta (UV) que pode ter

**Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-72, ago. 2018.**

consequências a partir dos 40 anos de idade, com o aparecimento de manchas na pele que podem evoluir ao câncer (CANDIDO; FERREIRA, 2017). Longos períodos de exposição aos raios UV podem desencadear ainda quadro clínico de cataratas (BAHIA, 2012). Exposições ao calor pode expor o trabalhador ao stress e mal-estar, enquanto que o contato com a umidade pode potencializar a transmissão de agentes infecciosos (BRAGA; VALLE, 2007). A exposição dos ACE aos riscos físicos citados dá-se pelo desempenho de suas atividades na rua onde estão expostos diretamente à radiação solar e às condições de intempéries como a chuva.

Os riscos biológicos estão relacionados a agentes potencialmente danosos à saúde humana como algumas bactérias, vírus, fungos, parasitas e toxinas (ALMEIDA; BAPTISTA; SILVA, 2016). Dentre os agravos à saúde que mais acometem os ACE estão as doenças respiratórias, muitas vezes causadas por ácaros, pólen, detritos de origem animal, bactérias e fungos. A partir do contato diário com a população ou com os vetores e reservatórios. Os ACE podem ainda adquirir doenças, como dengue, febre amarela, raiva, tuberculose, chagas e leishmaniose (LIMA; LIMA, 2009).

A transmissão de agentes biológicos pode acontecer de duas maneiras: via direta e indireta. A forma direta de contaminação acontece com a transmissão do agente biológico sem intermédio de veículos ou vetores, como por exemplo, transmissão por via aérea (gotículas ou aerossóis) em contato com mucosas. Já a via indireta acontece com a transmissão dos agentes por meio de vetores ou veículos, sendo o caso de transmissão por meio de mãos contaminadas, materiais perfuro-cortantes, vetores, água e superfícies (BAHIA, 2012). O papel do enfermeiro neste contexto é norteado pelo treinamento e orientação aos ACE acerca da identificação dos riscos e das formas de proteção.

As condições de trabalho devem ser adaptadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores, a fim de evitar ou reduzir fatores de risco, tais como flexões e extensões de membros superiores, sobrecarga de trabalho e pressão da chefia em relação a manuseio de equipamentos, aplicação de produtos e carregamento de pesos (BAHIA, 2012). Carregamentos de pesos podem desencadear nos ACE desgastes nas estruturas osteoarticulares e musculotendinosas, ocasionando agravos à saúde como hérnia de disco e lombalgias (BAHIA, 2012; CANDIDO; FERREIRA, 2017). O trabalho de controle de vetores realizado pelos ACE demanda que estes transportem em mochilas costais materiais como boletins para anotação e contabilização de visitas, material para coleta de amostras biológicas além de produtos para o controle vetorial em criadouros. Soma-se a isso, o material de uso pessoal, como roupas, documentos, alimentos e água (ALMEIDA; BAPTISTA; SILVA, 2016). Neste contexto, cabe ao enfermeiro gestor do serviço um planejamento adequado e territorializado das ações de

**Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-72, ago. 2018.**

forma a reduzir o peso a ser transportado pelos ACE, de modo a prevenir desgastes e a fadiga associada ao trabalho.

Diferentemente dos Agentes comunitários de Saúde (ACS), os ACE não atuam de forma territorializada nas áreas endêmicas, portanto não há um estabelecimento de vínculos com a população atendida. Ainda, a precariedade dos vínculos empregatícios, o assédio moral, o isolamento e a sobrecarga de jornada, durante as atividades laborais representam fatores de risco à saúde dos ACE (BAHIA, 2012).

Acidentes de trabalho envolvendo ACE são complexos e difíceis de serem caracterizados. Vão desde arranhões em objetos perfurocortantes durante as visitas, passando por mordeduras de animais domiciliados nos imóveis visitados, à quedas durante a inspeção de depósitos elevados (GUIDA et al, 2012). Cabe ao enfermeiro gestor do serviço a capacitação dos ACE para o enfrentamento destes riscos, a garantia de Equipamentos de Proteção Individual além de prover canal de comunicação com estes trabalhadores para garantir o cuidado adequado e oportuno em caso de acidentes.

#### *Ações do enfermeiro do trabalho na promoção da saúde dos ACE*

Ao longo do último século, a enfermagem do trabalho vem se consolidando como uma das principais profissões na área da saúde (FARIA; SANTOS, 2011). Tendo em vista que o mundo globalizado tem investido cada vez mais no avanço e no desenvolvimento das organizações, percebeu-se que é importante cuidar da saúde dos trabalhadores, já que a empresa ou o serviço depende da sua mão de obra (LIMA; LIMA, 2009). Os diferentes segmentos da sociedade vêm percebendo que o cuidado com o trabalhador é uma necessidade, uma vez que “é por meio de sua ação direta que se dá o crescimento e fortalecimento das organizações” (LIMA; LIMA, 2009).

Ciente da necessidade humana pelo trabalho e que, exercendo suas funções laborais, o trabalhador está sujeito a desenvolver alguma patologia ocupacional, o enfermeiro do trabalho passa assumir maior espaço dentro das empresas, atuando de forma a contribuir, não somente para a melhora da qualidade de vida e trabalho dos indivíduos, mas principalmente atuando na gestão de riscos e prevenção de incidentes relacionados ao trabalho (LIMA, LIMA, 2009).

A enfermagem do trabalho pode ser caracterizada como uma especialidade que se destina principalmente ao cuidado do indivíduo que trabalha, voltando a atenção a todos os trabalhadores de todas as categorias e ocupações (LIMA, LIMA, 2009; MARZIALE, 2010). Nessa perspectiva, compreende-se a enfermagem do trabalho como uma profissão destinada

**Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-72, ago. 2018.**

em evitar incidentes e doenças, que atua na identificação e na eliminação dos riscos existentes no ambiente de trabalho. O enfermeiro é o profissional que possui a responsabilidade de levar a informação, atenção e cuidados a todos os trabalhadores (MARZIALE, 2010). O papel da enfermagem na saúde do trabalhador busca a qualidade de vida, uma vez que contribuindo para a saúde do trabalhador, previne agravos e contribui para o bem-estar (BAHIA, 2012).

Em algumas organizações, o Enfermeiro do trabalho age como gerente de serviços em saúde, exercendo a função de levantamento das necessidades de saúde dos indivíduos que trabalham a fim de fornecer “cuidados médicos eficientes e a custo acessível” (BAHIA, 2012). Tal fato faz com que o trabalho do enfermeiro seja realizado de forma focada nos cuidados assistenciais, não realizando ações de educação, prevenção e principalmente gestão. Contudo, cabe ao enfermeiro do trabalho estar atento a todas as condições ocupacionais da empresa, analisando suas rotinas e práticas. Espera-se que o enfermeiro esteja atento ao acompanhamento constante das condições de saúde dos trabalhadores, identificando os possíveis riscos, os agentes causadores de doenças ocupacionais e agindo na orientação e prevenção de doenças a agravos relacionados ao trabalho (LIMA; LIMA, 2009; CANDIDO; FERREIRA, 2017).

As ações de proteção à saúde dos ACE podem ser classificadas de dois tipos: medidas aplicáveis coletivamente e medidas aplicáveis individualmente. O acompanhamento das condições de trabalho dos ACE deve ser realizado pela equipe técnica de saúde ocupacional do município, principalmente pelo enfermeiro do trabalho, o qual deverá ser um integrante desta equipe, juntamente com médicos, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde (BAHIA, 2012).

Da gestão municipal, esperam-se ações que podem ser adotadas a fim de minimizar ou diminuir os riscos aos quais os ACE estão submetidos, além de facilitar as atividades dos ACE. Dentre estas ações, o esclarecimento quanto às atividades a serem desenvolvidas na comunidade, a definição e a constituição de uma equipe responsável pelo acompanhamento das atividades dos ACE, incluindo avaliação das condições de trabalho aos quais estão submetidos, o estabelecimento de pontos de referência, contendo fluxos definidos, garantindo a realização de procedimentos básicos e especializados necessários para o acompanhamento da saúde destes trabalhadores e o fornecimento regular de equipamentos de proteção adequados às atividades (LEME et al, 2014).

O monitoramento da saúde dos trabalhadores e dos riscos aos quais estão expostos, portanto, são de responsabilidade da equipe de segurança do trabalho, da qual o enfermeiro deve fazer parte. O enfermeiro por si só é considerado um gestor, ao qual cabe avaliar as situações de riscos aos ACE e gerenciá-los a fim de garantir maior segurança a esses

**Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-72, ago. 2018.**

trabalhadores. Nesta gestão, estão inclusas ações de monitoramento, necessárias para detecção precoce de alterações ou agravos a saúde decorrente da exposição aos fatores de risco presentes no trabalho (CANDIDO; FERREIRA, 2017).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os ACE estão expostos a riscos físicos, químicos, biológicos, territoriais ou de acidentes. Os riscos identificados podem desencadear agravos à saúde desses trabalhadores gerando afastamentos do trabalho e necessidade de recursos para a recuperação da saúde. Dados os recursos cada vez mais escassos para a contratação de trabalhadores para o setor saúde e para o financiamento dos serviços médicos, laboratoriais e hospitalares, reforça-se a necessidade de atenção à proteção da saúde dos ACE.

A literatura consultada descreve o papel do enfermeiro do trabalho na proteção à saúde dos ACE. Seja avaliando, reconhecendo e descrevendo os riscos associados ao trabalho dos ACE, seja atuando na orientação, definição de procedimentos operacionais seguros ou na disponibilização e uso de EPI.

#### **NURSE OF WORK: CONTRIBUTIONS TO HEALTH OF ENDEMIES COMBATING AGENTS**

##### **ABSTRACT**

Within the scope of Sistema Único de Saúde (SUS), the demand for improving working conditions and the quality of life of health workers is growing. Agentes de Combate à Endemias (ACE) represent a relatively recent category of health workers who are poorly informed about the socioeconomic profile and health problems they are exposed to. The objective of this study was to evaluate the risk factors to which the ACE are exposed and to describe the actions of the occupational nurse on the occupational health of these workers. It is an integrative review of literature with articles published between 2006 and 2016 in the Virtual Health Library. Chemical, physical and biological risks were identified in the performance of ACE and situations in which nurses can act in minimization or elimination of such risks.

**Keywords:** Health Promotion. Occupational Risks. Environmental Health. Occupational Health Nursing.

#### **AGRADECIMENTOS**

À Enfermeira e professora Edna Slob da FATEC/FACINTER, Paraná, Brasil, pelas contribuições na fase de concepção da pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. dos S.; BAPTISTA, P. C. P.; SILVA, A. Cargas de trabalho e processo de desgaste em agentes comunitários de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 95-103, fev. 2016.

BAHIA. **Orientações técnicas para proteção da saúde dos agentes de saúde**. Salvador: Secretaria da Saúde do Estado, 2012.

BARBOSA, M. N.; GUIMARÃES, E. A. de A.; LUZ, Z. M. P. da. Avaliação de estratégia de organização de serviços de saúde para prevenção e controle da leishmaniose visceral. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 563-574, set. 2016.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 65, p. 42-44, mai. 2012.

BRAGA, I. A.; VALLE, D. *Aedes aegypti*: inseticidas, mecanismos de ação e resistência. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 16, n. 4, p. 179-293, out./dez. 2007.

BRASIL. Portaria nº 1.007/GM, de 4 de maio de 2010. Define critérios para regulamentar a incorporação do Agente de Combate às Endemias - ACE, ou dos agentes que desempenham essas atividades, mas com outras denominações, na atenção primária à saúde para fortalecer as ações de vigilância em saúde junto às equipes de Saúde da Família. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio, 2010.

CANDIDO, A. S.; FERREIRA, R. J. Riscos à Saúde e à Segurança no trabalho do agente de Combate às Endemias do Município de Campos Sales, Ceará, Brasil. **Revista Ensaios e Ciências: Ciências Biológicas, Agrárias e Saúde**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 52-57, 2017.

CARMO, T. A.; TASSO, C. A. S.; MASSON, V. A. Assistência de Enfermagem do Trabalho: Prevenção de Doenças Ocupacionais. **Revista Ciência & Inovação**, Americana, v. 3, n. 1, p. 48-55, set. 2016.

CHAVES; L. D. P.; TANAKA, O. Y. O enfermeiro e a avaliação na gestão de Sistemas de Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1274-1278, out. 2012.

FARIA, L.; SANTOS, L. A. DE C. As profissões de saúde: uma análise crítica do cuidar. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 227-240, dez. 2011. (Suplemento).

FONTANA, R. T.; LAUTERT, L. The situation of nursing work and occupational risks from an ergological perspective. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 6, p. 1306-1313, nov./dec. 2013.

FONTOURA, F. P.; GONÇALVES, C. G. DE O.; SOARES, V. M. N. Condições e ambiente de trabalho em uma lavanderia hospitalar: percepção dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 41, n. e5, p. 1-11, dez. 2016.

FRAGA, L. DOS S.; MONTEIRO, S. A gente é um passador de informação: práticas educativas de agentes de combate a endemias no serviço de controle de zoonoses em Belo Horizonte, MG. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 993-1006, set. 2014.

GUIDA, H. F. S. et al. As relações entre saúde e trabalho dos agentes de combate às endemias da Funasa: a perspectiva dos trabalhadores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 858-870, dez. 2012.

LEFEVRE, A. M. C. et al. Representações dos agentes de combate ao *Aedes aegypti* sobre a estratégia de retirada do inseticida nas ações de controle do vetor. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 359-372, dez. 2003.

LEME; T. S. et al. Avaliação da vestimenta utilizada como equipamento de proteção individual pelos aplicadores de malationa no controle da dengue em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 567-576, mar. 2014.

LIMA, B. O.; LIMA, J. A. **O papel do enfermeiro do trabalho na orientação e prevenção de acidentes e doenças laborais**. [S.l.: s. n.], 2009.

LIMA, E. P. et al. Exposição a pesticidas e repercussão na saúde de agentes sanitários no Estado do Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2221-2230, jan. 2009.

LORENZETTI, J. et al. Organização do trabalho da enfermagem hospitalar: abordagens na literatura. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1104-12, out./dez. 2014.

MARZIALE, M. H. P. Contribuições do enfermeiro do trabalho na promoção da saúde do trabalhador. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 2, 7-8, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, A. R. et al. Atuação do enfermeiro na saúde do trabalhador: um enfoque na prevenção. **Revista da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2014.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org.). **É veneno ou é remédio?** agrotóxicos, saúde e ambiente [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 21-41.

PESSOA, J. P. de M. et al. Controle da dengue: os consensos produzidos por Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde sobre as ações integradas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2329-2338, ago. 2016.

ZARA, A. L. de S. A. et al. Estratégias de controle do *Aedes aegypti*: uma revisão. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 391-404, abr./jun. 2016.

Submetido em: 23/4/2018  
Aceito para publicação em: 22/08/2018